

EXPLORANDO O RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022: UMA ANÁLISE DETALHADA DO MOVIMENTO PELA BASE

JULIANA DA ROCHA DOS SANTOS¹; JHONATAN CORRÊA CAVALHEIRO²
SIMONE GONÇALVES DA SILVA³; ÁLVARO MOREIRA HYPOLITO⁴; ALINE
GONÇALVES DE MOURA⁵.

¹Universidade Federal de Pelotas – julianadarocha67@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – jonathancavalheiro275@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – silva.simonegon@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – alvaro.hypolito@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – alinegdemoura@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em um recorte do projeto de pesquisa em andamento intitulado "Trabalho, Currículo e Gestão", vinculado ao grupo de pesquisa CEPE: Centro de Estudos em Políticas Educativas: Gestão, Currículo e Trabalho Docente da FAE/UFPEL. O objetivo desta pesquisa documental é realizar uma análise crítica do Relatório de Atividades de 2022 produzido pelo Movimento pela Base, uma organização não-governamental, criada em 2013, com o propósito de monitorar a construção e a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas instituições educacionais a nível da Educação Básica. Conforme Tarlau e Moller (2020, p.558), a BNCC é um documento normativo que estabelece padrões curriculares e de aprendizagem, podendo ser utilizado para a ampliação de exames pré-definidos, avaliações de professores, pagamento por mérito e produção de aulas padronizadas. Nesse sentido, este estudo busca analisar os objetivos delineados pelo Movimento para o ensino na educação básica, conforme descritos no relatório. Dessa forma, pretende-se contribuir para as discussões no campo das políticas educacionais com temas relacionados à pesquisa em andamento.

2. METODOLOGIA

Metodologicamente, a pesquisa documental está estruturada da seguinte maneira: revisão de artigos sobre o tema para embasamento teórico; leitura do Relatório de Atividades de 2022; e análise crítica do documento à luz dos artigos estudados. Como embasamento teórico, serão utilizados principalmente os trabalhos de Tarlau e Moller (2020) intitulado "O consenso por Filantropia: Como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil", e o estudo de Andressa Costola e Raquel Fontes Borghi (2018) intitulado "Os reformadores empresariais e as políticas educacionais: análise do movimento todos pela base nacional comum".

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No ano de 2013, a Fundação Lemann, em parceria com outras fundações, implementou uma iniciativa que promoveria uma transformação significativa na educação brasileira. Denominada Movimento pela Base Nacional Comum Curricular (MBNC), essa rede tem como objetivo e missão padronizar os currículos de aprendizagem, baseando-se na premissa de que existem conteúdos

específicos para cada nível escolar, sendo um direito das crianças ter acesso a todos eles.

Partindo desse ponto, o presente estudo tem como propósito analisar o Relatório de Atividades referente ao ano de 2022, elaborado pelo Movimento. Em sua estrutura, o Relatório está organizado em 40 páginas, e seu conteúdo está dividido em 5 tópicos, sendo eles: 1. Dialogar e Sensibilizar; 2. Monitorar e Apoiar Decisões; 3. Articular e Orientar; 4. Colaborar e Ampliar o Debate; 5. Crescer e Celebrar. No documento, encontramos: a missão do movimento; as ações realizadas por ele no ano de 2022; os documentos elaborados pós pandemia; a influência de sua implementação nas escolas; e os colaboradores.

Para uma melhor compreensão, a análise foi dividida em duas abordagens: a primeira focando em sua história e implementação, e a segunda abordando os responsáveis e colaboradores envolvidos no Movimento.

Inicialmente, o relatório apresenta uma visão geral da rede, descrevendo seus objetivos, missão e uma linha do tempo com as ações realizadas desde sua criação. A princípio, o documento retrata o Movimento como uma organização sem fins lucrativos, de natureza não governamental, cuja missão é promover a igualdade e a qualidade educacional por meio da padronização dos currículos de aprendizagem no Brasil.

Segundo os estudos realizados sobre a temática (TARLAU; MOLLER, 2020; COSTOLA; BORGHI, 2018), é perceptível uma "contradição" em relação às informações apresentadas no relatório.

O estudo de Costola e Borghi (2018) destaca a importância de analisar criticamente as instituições sem fins lucrativos envolvidas nas reformas educacionais. Esses grupos podem se beneficiar indiretamente das reformas, como na produção de materiais didáticos e formação de professores. O Movimento Todos pela Base Nacional Comum tem sido criticado por padronizar currículos e adotar uma abordagem pedagógica tecnicista que prioriza o mercado, relegando professores e alunos a um segundo plano (COSTOLA; BORGHI, 2018). Além disso, as autoras também afirmam que o objetivo real do Movimento é padronizar os currículos, resultando em uma abordagem pedagógica tecnicista que prioriza o mercado, relegando professores e alunos a um segundo plano (COSTOLA; BORGHI, 2018).

Em relação à primeira abordagem, história e implementação do Movimento, o relatório apresenta uma linha do tempo que mostra as ações realizadas desde sua criação em 2013. Uma das produções em andamento é o aperfeiçoamento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), lançada pelo Ministério da Educação em 2014 e aprimorada pelo Movimento pela Base em parceria com outras instituições até 2017. No entanto, o estudo de Tarlau e Moller (2020) argumenta que a BNCC é uma tentativa de líderes corporativos e fundações privadas de exercer poder e influência sobre as escolas públicas. É importante notar que a linha do tempo elaborada pelo Movimento deixa de mencionar o fato de que essas mudanças curriculares foram elaboradas em grande parte pela Fundação Lemann (TARLAU; MOLLER, 2020).

Partindo desse princípio, o conceito de "Consenso por Filantropia" citado pelas autoras em seu artigo define bem essa influência entre redes privadas e políticas públicas:

Quando recursos materiais, produção de conhecimento, poder da mídia e redes formais e informais são usados por fundações

privadas para obter um consenso entre múltiplos atores sociais e institucionais em apoio a uma determinada política pública, a despeito de tensões significativas, transformando a política pública em questão numa iniciativa amplamente aceita (TARLAU; MOLLER, 2020, p. 554).

No relatório de atividades de 2022, destaca-se o foco nas avaliações externas nacionais, como o Saeb e o Enem. No entanto, o trabalho de Costola e Borghi (2018) ressalta que tais avaliações podem ser interpretadas como imposições curriculares, e que a padronização dos conteúdos e do trabalho dos professores não necessariamente resolve as dificuldades educacionais. Além disso, o estudo aponta outros desafios para a qualidade da educação, como a precarização do trabalho docente, as condições estruturais das escolas, o tamanho das turmas e a falta de investimento do Estado em todas as etapas da educação.

No relatório do Movimento pela Base referente ao ano de 2022, é possível encontrar vários QR Code que redirecionam para arquivos elaborados pelo movimento ao longo do ano. No entanto, é notável a escassez de conteúdos direcionados aos professores em sala de aula. Os docentes sendo profissionais qualificados, com conhecimentos e habilidades únicas, deveriam ter a liberdade e autonomia de adaptar e personalizar o ensino de acordo com as necessidades individuais dos alunos. Além disso, encontram-se diversos *links* para videochamadas entre representantes de fundações que discutem o papel da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na construção de uma "educação de qualidade", bem como guias de implementação do currículo para as escolas.

De forma geral, percebe-se que esses documentos são frequentemente comparados pelo próprio movimento a experiências curriculares internacionais consideradas "exemplos" para a rede - boas práticas. No entanto, o artigo "Políticas Curriculares para a Formação docente e a fabricação da docência Gerencialista" de Gonçalves e Hypolito (2022), indica que essa abordagem pode resultar em uma adoção acrítica de modelos estrangeiros, sem considerar as particularidades e necessidades locais. Além disso, ressalta-se que a noção de "boas práticas" pode ser influenciada por uma perspectiva gerencialista da docência, que prioriza a eficiência e a padronização em detrimento da reflexão crítica e da valorização da diversidade de saberes e contextos. Nesse sentido, é inevitável não questionar como essa comparação se iniciou, é pertinente mencionar que a Fundação Lemann buscou currículos estrangeiros no período de desenvolvimento da BNCC. De acordo com informações disponíveis até setembro de 2021, a fundação realizou estudos e pesquisas sobre currículos de outros países, como Estados Unidos, Finlândia, Canadá e Austrália, para identificar práticas bem-sucedidas que poderiam ser adaptadas à realidade brasileira.

Em uma segunda abordagem de análise - responsáveis e colaboradores envolvidos no Movimento, o relatório (RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022, p.24), destaca a importância de divulgar amplamente as causas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a fim de promover um debate que alcance a sociedade civil. Além disso, o documento ressalta a participação dos professores desde o início nas tomadas de decisões. No entanto, o estudo realizado por Costola e Borghi (2018) revela que, dos 64 colaboradores da rede, apenas 7 são professores. Desses sete, metade está associada a redes que compartilham ideais semelhantes aos do Movimento e estão envolvidos em projetos "inovadores" no âmbito das políticas públicas educacionais. As autoras também apontam que a menção isolada dessas pessoas em comentários no relatório

busca persuadir a ideia de que a sociedade civil está colaborando efetivamente na estruturação do novo currículo, quando, na realidade, elas representam apenas uma tradução das redes envolvidas.

Por fim, o documento se encerra afirmando que "Em 2022, completamos nove anos de vida e colocamos em ação o nosso plano estratégico para os próximos cinco anos" (MOVIMENTO PELA BASE, 2022), o que nos leva a questionar se esses planos são realistas e viáveis, levando em consideração a complexidade dos desafios educacionais e as mudanças sociais e tecnológicas em constante evolução. Além disso, é fundamental avaliar se esses planos levam em conta as perspectivas dos estudantes, professores e comunidades escolares, bem como se consideram os processos participativos de tomada de decisão. A crítica construtiva e a vigilância são essenciais para assegurar que os planos educacionais sejam eficazes e capazes de promover uma educação de qualidade para todos.

4. CONCLUSÕES

A análise do Relatório de Atividades de 2022 do Movimento pela Base, realizada no âmbito do projeto de pesquisa "Trabalho, Currículo e Gestão", revelou insights valiosos para o campo das políticas educacionais. Embasados nos textos estudados (TARLAU; MOLLER, 2020; COSTOLA; BORGHI, 2018), os resultados obtidos contribuíram para uma compreensão dos objetivos delineados pelo Movimento no contexto do ensino na educação básica. A análise proporcionou debates enriquecedores, fornecendo subsídios relevantes para melhor entendermos as políticas educacionais no Brasil. O objetivo central foi apresentar o conteúdo do relatório anual do Movimento, analisando assim a sua influência como fonte de informações e reflexões no campo da educação. Ao considerar os pressupostos e as possíveis repercussões, essa análise crítica contribuiu para um melhor entendimento dos desafios presentes na agenda educacional brasileira.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTOLA, Andresa; BORGHI, Raquel Fontes. Os reformadores empresariais e as políticas educacionais: análise do movimento todos pela base nacional comum. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, v. 22, n. 3, p. 1313-1324, 2018.

MOVIMENTO PELA BASE. MOVIMENTO PELA BASE. RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2022. **RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2022**, BRASIL, 2023, p. 3-39, 4 maio 2023. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2023/05/relatorio-anual-movimento-pela-base-2023-1.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2023.

SILVA, Simone Gonçalves; HYPOLITO, Álvaro Moreira. Políticas curriculares para a formação docente e a fabricação da docência gerencialista. **Revista Textura**, v. 24 n. 59 p. 78-101 jul./set. 2022.

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem fronteiras**, v. 20, n. 2, p. 553-603, 2020.